

Mensagem nº 247

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Os méritos do Senhor Francisco Carlos Soares Luz que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 247 de agosto de 2014.

Brasília, 10 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 336 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ

CPF.: 239.791.271-68

ID.: 8457 MRE

1962 Filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, nasce em 11 de março, em Poços de Caldas/MG

Dados Acadêmicos:

1983 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990 Pós-graduação, Course on International Negotiation, organizado pelo PNUD e pelo Instituto Torcuato di Tella, Buenos Aires
1993 CAD, IRBr
2006 CAE – IRBr. A Questão da Aids na África Austral: Realidade e Perspectivas da Cooperação Brasileira com os Países da Região para o Combate à Pandemia.

Cargos:

1983 CPCD – IRBr
1984 Terceiro-Secretário
1989 Segundo-Secretário
1996 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1985-87 Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1987-88 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assistente
1988-92 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1992-95 Embaixada em Havana, Segundo-Secretário
1995-98 Departamento de Comunicações e Documentação, Coordenador-Executivo
1998-2001 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
2001-04 Embaixada em Pretória, Primeiro-Secretário
2004-09 Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios
2007 Embaixada em Harare, Encarregado de Negócios em missão transitória
2009- Embaixada em Dar es Salam, Embaixador

Condecorações:

1997 Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial

Publicações:

2002 Brazil in Brief (quinta edição), Editora da Universidade da África do Sul (UNISA), Editora

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento do Oriente Médio

Divisão do Oriente Médio I

JORDÂNIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2014

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	Reino Hachemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
ÁREA	89.206 km²
POPULAÇÃO	6,5 milhões (composição da população: árabes palestinos 56%, árabes jordanianos 42,2%, outros 2,7%)
IDIOMA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	92% muçulmanos sunitas, 6% cristãos (católicos e ortodoxos), 2% muçulmanos xiitas e drusos.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Alta e Câmara Baixa)
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdullah Nsour (2012) [também grafado Ensour]
MINISTRO DO EXTERIOR	Nasser Judeh (2009)
PIB (2013)	US\$ 33,86 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 40,02 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2013)	US\$ 5.207,3
PIB PPP PER CAPITA (2013)	US\$ 6.115
VARIAÇÃO DO PIB (2013)	3,25%
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,700 (100ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	73,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	92,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Malek Twal
COMUNIDADE BRASILEIRA	Há cerca de 1.650 brasileiros residentes na Jordânia

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)

Fonte: MDIC/SECEX/Aliceweb.

Brasil - Jordânia	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Exportações	104,99	113,59	113,59	294,04	177,15	220,33	189,37	215,64	291,78
Importações	1,97	5,53	8,22	24,02	12,23	1,52	1,67	1,93	6,62
Intercâmbio Total	106,96	119,12	121,81	318,06	189,55	221,86	191,04	217,57	298,4
Saldo comercial	103,01	108,05	105,36	270,02	165,07	218,81	187,70	213,70	285,16

DADOS BIOGRÁFICOS

Rei Abdullah II



Frequentou a Faculdade de Educação Islâmica (Jordânia); a Universidade Oxford (especialização em Oriente Médio); o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA); e a Escola de Pós-Graduação Naval de Monterrey (EUA).

Abdullah II ascendeu ao trono em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hussein. Considerado um progressista, implementou reformas políticas e econômicas. Tem respondido aos desafios da "Primavera Árabe" com reformas constitucionais e realização de eleições parlamentares, reiterando seu desejo de implementar uma monarquia verdadeiramente parlamentar na Jordânia. Abdullah II, amparado na sua imagem modernizadora e na estabilidade e tradição monárquica, conta com amplo apoio popular.

No campo internacional, Abdullah II tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto mantém sólidas relações com Israel e com os países do Ocidente. A aliança e a cooperação com os Estados Unidos e o tratado de paz com Israel são, contudo, impopulares na sociedade jordaniana.

Acompanhado de sua esposa de origem palestina, a Rainha Rania, realizou visita oficial ao Brasil em 2008.



Abdullah Nsour
Primeiro-Ministro

Abdullah Nsour (também transliterado Ensour) nasceu em Salt, noroeste da Jordânia, em 20 de janeiro de 1939. Formou-se em Estatística pela Universidade Americana de Beirute. É Mestre em Administração pela Universidade de Michigan e Doutor em Planejamento pela Universidade de Paris IV (Sorbonne).

Foi eleito membro do Parlamento jordaniano em 1989, 1993 e 2010 e tem sido reeleito desde então. Foi titular de diversas pastas ministeriais: Planejamento (1984 e 1985); Educação (1989); Negócios Estrangeiros (1991); Desenvolvimento Administrativo (1997); e Informação (1998). Ocupou o cargo de Vice-Primeiro-Ministro de março a agosto de 1998. Foi, ainda, Representante da Jordânia junto ao Banco Mundial e ao FMI, além de Delegado Alterno junto à UNESCO.

É Primeiro-Ministro desde outubro de 2012 e chefiou o Governo durante as eleições parlamentares de janeiro de 2013. Foi escolhido pelo Rei Abdullah II e endossado pelo parlamento para formar novo Gabinete (seu segundo), empossado em 30/3/2013.



Nasser Judeh
Ministro dos Negócios Estrangeiros

De família palestina, Judeh frequentou o colégio cristão La Salle, em Amã. Concluiu seus estudos no Reino Unido, no Eastbourne College, em Sussex, em 1979, e graduou-se na Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, em 1982.

De volta à Jordânia, Judeh ocupou assentos em conselhos de administração de importantes empresas do país, concentrando-se nas áreas de comunicação e de informação. Exerceu os cargos de assessor de imprensa da Royal Jordanian Airlines e Diretor-Geral da Rede de Rádio e Televisão da Jordânia.

No Governo, Judeh atuou como Ministro da Informação e, em novembro de 2007, assumiu o cargo de Ministro de Comunicações e Assuntos de Mídia, que ocupou até fevereiro de 2009, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Judeh tem se mantido no cargo apesar das mudanças no Gabinete. Em março de 2013 foi, mais uma vez, escolhido para o cargo de Chanceler, tornando-se o único Ministro a se manter em seu posto apesar de sucessivas reformas de Gabinete nos últimos quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram formalizadas em 1959, com a abertura da Legação brasileira em Amã, elevada, em 1964, à categoria de Embaixada, cumulativa com Beirute. Em 1984, foi aberta Embaixada na capital jordaniana. No mesmo ano, a Jordânia abriu sua Embaixada em Brasília.

Em outubro de 2008, em visita precedida pela do então Ministro de Negócios Estrangeiros Salaheddin Al-Bashir, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram em Brasília e em São Paulo. O monarca avistou-se com o então Presidente Lula e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara de Deputados. Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. O então Presidente Lula visitou a Jordânia em março de 2010, na primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. Em julho do mesmo ano, delegação de quatro ministros jordanianos visitou o Brasil.

À margem da III Cúpula ASPA (Lima, outubro de 2012), a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Rei Abdullah II, ocasião em que trataram de temas bilaterais e da situação no Oriente Médio. O Rei sublinhou seu desejo de intensificar as relações com o Brasil e citou cooperação nas áreas de agricultura, educação e saúde. A Presidenta Dilma mostrou interesse em conhecer a experiência de informatização daquele país.

Em 16 de outubro de 2012, o então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota realizou visita a Amã, no contexto de périplo que também incluiu Israel e Palestina. Na ocasião, manteve encontros com o Rei Abdullah II e com o Chanceler Nasser Judeh.

Brasil e Jordânia dispõem de 7 acordos bilaterais e 3 Memorandos de Entendimento em vigor, com destaque para o Memorando de Entendimento para cooperação técnica em agricultura e o acordo de cooperação na área cultural, vigentes, respectivamente, desde 2009 e 2010.

Em 2012 e 2013 o Governo brasileiro doou um total de US\$ 270 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para atividades para assistência emergencial a refugiados sírios na Jordânia. Atualmente, encontra-se em curso a doação de 366 toneladas de arroz em atenção aos refugiados palestinos na Jordânia, no contexto da Lei 12.429, de 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional.

Encontra-se em construção, em Allan, na Jordânia, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o laboratório e consórcio científico internacional *Synchrotron*.

light for Experimental Science and Applications in the Middle East (Sesame). Trata-se do maior experimento científico do Oriente Médio, com papel crucial de promotor da diplomacia da ciência naquela região, em parceria com diversos países do Ocidente. O Projeto, que tem como membros plenos, além da Jordânia, Bareine, Chipre, Egito, Irã, Israel, Palestina, Paquistão e Turquia, conta ainda com a participação do Brasil como membro observador, desde setembro de 2013. O Brasil é representado no Conselho da entidade pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e responsável pela gestão do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

1) Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Jordânia conta com aproximadamente 1650 nacionais. É composta, em sua maioria, de pessoas de baixa renda. A maioria não fala português e reside em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios e/ou agricultura.

Como são binacionais e, em sua maioria, muçulmanos, têm supridas as necessidades básicas de moradia, saúde e instrução pelo Estado jordaniano (embora o auxílio seja modesto) e são apoiados pelas famílias, segundo tradição local.

2) Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam dados a respeito de empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros ao governo ou a empresas jordanianas.

POLÍTICA INTERNA

Em 1921, o Emir do Hejaz (hoje a extremidade ocidental da Arábia Saudita, às margens do Mar Vermelho, que inclui as cidades sagradas de Meca e Medina, além de Jedá, ex-capital do Reino saudita), Abdullah bin Hussein, após ser expulso de seus domínios pela família Saud, foi nomeado Emir da Transjordânia, área então administrada pelo Reino Unido como mandato da Liga das Nações. Com a independência em 1946, o Emir foi coroado Rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia, após declarar que anexaria a Cisjordânia, hoje parte da Palestina. A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein (1952-1999).

Desde sua ascensão, em 1999, o Rei Abdullah II tem como principais objetivos domésticos a modernização da administração pública, a constituição de partidos políticos representativos e a implementação das reformas constitucionais adotadas gradualmente a partir de 2011.

O país teve quatro Primeiros-Ministros nos últimos três anos: Ma'ruf Bakhit (fevereiro-outubro de 2011); Awn Khasawneh (outubro de 2011-abril de 2012); Fayez Tarawneh (abril-outubro de 2012) e Abdullah Nsour (outubro de 2012 até o momento), que, a pedido do Rei, assumiu com o mandato especial de levar a cabo as eleições de janeiro de 2013.

Na esteira das manifestações e da Primavera Árabe a partir de 2011, os protestos na Jordânia evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para demonstrações pela democratização. O Governo manteve controle da situação, e a estabilidade política não foi seriamente afetada. Certas camadas urbanas continuam a expressar insatisfação, sobretudo com dificuldades econômicas e com a extensão limitada das reformas políticas. Os grupos insatisfeitos são, porém, restritos, e o movimento reformista conta com número reduzido de manifestantes. Desde o início da Primavera Árabe, Abdullah II, amparado na estabilidade da monarquia, cuja existência não foi seriamente questionada, tem logrado manter o controle das reformas, ao circunscrever as críticas e os protestos ao Governo numa moldura de diálogo político controlado. As manifestações apresentaram alguns poucos episódios de violência.

O Legislativo jordaniano é bicameral, composto da Câmara dos Representantes (baixa) e do Senado ("Casa dos Notáveis", Câmara alta), ambas com mandatos de 4 anos. A Câmara dos Representantes conta com 150 membros eleitos por sufrágio universal; o Senado, com 75 membros, todos designados pelo Rei. De acordo com a Constituição, a Câmara Alta não pode ter mais da metade da quantidade de membros da Câmara Baixa.

Em 23/1/2013, realizaram-se eleições parlamentares na Jordânia. O índice de comparecimento às urnas foi de cerca de 57%. Os números oficiais foram considerados pelo Governo como indicadores de êxito das eleições, levando-se em conta a não obrigatoriedade do voto, a tradicional apatia da população com relação aos processos eleitorais e o boicote do principal partido do país, a Frente de Ação Islâmica (FAI), braço da Irmandade Muçulmana. Individualmente, o partido mais votado foi o Islamista Centrista, com 16 cadeiras. Foram eleitas 15 mulheres pelo sistema de quotas (10% do total de cadeiras da Câmara dos Deputados); 9 cristãos e dois circassianos.

Embora a lei eleitoral preveja que o parlamento tenha responsabilidade primária em escolher o Primeiro-Ministro, a incapacidade dos recém-eleitos de apoiar um nome, após semanas de debates, levou os parlamentares a sugerirem dois nomes, para escolha final do Rei, que optou por manter Abdullah Nsour, cujo novo Gabinete foi empossado em março de 2013. O Gabinete do segundo mandato de Nsour é o 77º da Jordânia e o 13º Governo desde que o Rei Abdullah II subiu ao trono em 1999. No discurso em que apresentou a proposta de governo, elencou as seguintes prioridades: reforma econômica com redução do déficit; consolidação das reformas políticas, com maior participação popular e igualdade entre os jordanianos; evolução para um sistema parlamentar pleno, em que o Legislativo seja inteiramente responsável pela escolha do Governo; contenção dos efeitos da crise síria; e solução do conflito israelo-palestino.

Em dezembro de 2013, o Rei Abdullah II lançou a "Carta de Integridade Nacional", documento que busca fortalecer a transparência administrativa, combater a corrupção, aperfeiçoar a administração pública e melhorar os serviços prestados à população.

O Governo jordaniano tem demonstrado empenho na melhoria dos padrões de direitos humanos no país, particularmente em temas afetos aos direitos das mulheres, à igualdade de gênero, ao trabalho infantil e aos direitos políticos.

Hammam Saeed, líder da FAI, tem ultimamente dado declarações no sentido de estabelecer diálogo "imediato e produtivo" e "sem pré-condições" com o Governo sobre o futuro político da Jordânia. A principal reivindicação da FAI é a reforma da lei eleitoral, que beneficiaria candidatos tribais vinculados à monarquia, reservando quantidade reduzida de assentos a candidatos vinculados a partidos políticos, o que foi levantado pela FAI como justificativa para o boicote das últimas eleições.

POLÍTICA EXTERNA

De perfil equilibrado, a Jordânia representa importante força moderadora no Oriente Médio. É peça-chave no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. O Rei Abdullah II tornou-se um dos principais facilitadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz.

Por quase duas décadas (1948-1967), a Jordânia ocupou e administrou a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, que, somados a Gaza (naquele mesmo período, sob ocupação egípcia), compreendem o atual Estado da Palestina (tal como reconhecido pelo Brasil em 2010, compreendendo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza). Desde a guerra de 1948 de independência de Israel e êxodo forçado de mais de 700 mil palestinos (*Nakba*, "tragédia" em árabe), a Jordânia tem sido grande receptora de refugiados palestinos. Estima-se que entre 50% e 60% da população da Jordânia (6,5 milhões) seja de origem palestina. A Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados Palestinos (UNRWA) registra atualmente pouco mais de 2 milhões de refugiados palestinos na Jordânia, dos quais 370 mil vivem em campos de refugiados.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre a Cisjordânia (1988), a Jordânia apoia a solução de dois Estados com base nas "fronteiras de 1967". O Rei Abdullah II tem reiterado que a solução da questão Palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana. No passado, o envolvimento da Jordânia com a causa palestina foi marcado por episódios de conflito, a exemplo da expulsão, da Jordânia, da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1970 (episódio conhecido como "Setembro Negro").

Entre janeiro e abril de 2012, foram promovidos pela Jordânia, sem êxito, contatos entre israelenses e palestinos. Os encontros não representaram uma retomada das negociações, mas esforço de aproximação entre os dois lados. Com relação ao fracasso das últimas negociações entre israelenses e palestinos (junho de 2013 a abril de 2014), capitaneada pelo Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, o Governo jordaniano tem preferido considerar a interrupção apenas como uma "pausa" nas negociações.

Em 1/4/2013, Abdullah e o Presidente palestino Mahmoud Abbas assinaram acordo que reforça o papel do Rei jordaniano como responsável

pela custódia dos lugares sagrados de Jerusalém. A Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Velha, é administrada por uma entidade muçulmana tutelar administrativa-religiosa, o Waqf, na qual o monarca jordaniano desempenha papel central. Tal *status* é reconhecido pelo acordo de paz com Israel, assinado em 1994.

O Rei Abdullah II demonstra especial interesse no processo de reconciliação intrapalestina. Tem expressado seu apoio aos esforços do Presidente Mahmoud Abbas de construir uma solução com o Hamas. O monarca tem realizado gestos de aproximação com o Hamas (visitas de Khaled Meshal, Chefe do Escritório Político do Hamas, à Jordânia) como modo de promover a reconciliação palestina.

Em 1994, Jordânia e Israel assinaram o Acordo de Wadi Araba, o segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe (em 1979, Israel assinara tratado de paz com o Egito). A manutenção das relações entre Israel e Jordânia é de fundamental importância para a busca da estabilidade na região. As relações políticas entre Israel e Jordânia são caracterizadas por uma paz sem grandes demonstrações de simpatia, mas com conhecida cooperação na área de segurança. A paz e a cooperação com Israel são altamente impopulares na sociedade jordaniana. Apesar das tentativas de aproximar Israel e Palestina com vistas à retomada de negociações, a Jordânia não poupa críticas a Israel pela política de expansão de assentamentos e pelas atitudes arbitrárias quanto à Esplanada das Mesquitas, sob administração do Waqf.

Em relação ao conflito sírio, a posição jordaniana tem-se caracterizado pela cautela, condicionada pela proximidade política com os EUA e pela proximidade geográfica com a Síria. A Jordânia tem condenado o uso desproporcional da força e estimulado o diálogo político, ao mesmo tempo que abriga 600 mil refugiados sírios. Houve alguns incidentes sérios na fronteira entre os dois países, em que as Forças Armadas Jordanianas repeliram ações de grupos sírios. No final de maio de 2014, a Jordânia expulsou o Embaixador sírio em Amã, alegando conduta inadequada do diplomata sírio. O gesto foi reciprocado pela Síria. Os países continuam, contudo, a manter relações diplomáticas.

A Jordânia tem sido um dos grandes aliados do regime militar egípcio que depôs Mohamed Morsi em julho de 2013. Abdullah II foi o primeiro líder árabe a visitar o Cairo após a derrubada de Morsi e esteve presente na posse do General Abdel Fattah Al Sisi em junho de 2014. A Jordânia tem interesse em manter o fornecimento de gás egípcio.

O Iraque é também país-chave para a importação jordaniana de fontes de energia: está em vigor acordo bilateral de fornecimento de petróleo para a Jordânia. Devido à situação no Iraque, o fluxo tem sido periodicamente interrompido. Deverá ser concluído, até 2017, gasoduto que transportará petróleo e gás natural do Iraque para a Jordânia.

Em 2011, as monarquias reunidas no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) decidiram estender convite à Jordânia e ao Marrocos para se associarem ao mecanismo. Até o momento, não se formalizou o processo de adesão da Jordânia ao grupo, apesar da criação de fundo, por parte do CCG, para financiar projetos de desenvolvimento na Jordânia.

Em dezembro de 2013, a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu a Jordânia para assento não-permanente do Conselho de Segurança, para o biênio 2014-2015, em vaga aberta no Grupo da Ásia-Pacífico pela renúncia da Arábia Saudita, atribuída ao descontentamento saudita com o encaminhamento do caso sírio. Em junho de 2014, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, anunciou que proporá à Assembleia Geral a indicação do Príncipe Zeid Al-Hussein, até recentemente Representante Permanente da Jordânia nas Nações Unidas e ex-Embaixador nos EUA ao cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O Papa Francisco esteve em maio de 2014 na Jordânia, sua primeira parada em viagem ao Oriente Médio (24 a 26 de maio), que incluiu Israel e Palestina. Na Jordânia, o Pontífice foi recebido pelo Rei Abdullah II, rezou missa no Estádio Internacional de Amã e visitou um dos sítios em que se acredita ter ocorrido o batismo de Jesus Cristo. A visita papal convergiu com os esforços de Abdullah II de promover a tolerância e a convivência entre diversas religiões em seu país e no Oriente Médio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia da Jordânia é de pequenas dimensões, dependente de assistência financeira internacional e de importação de combustível. A remessa de divisas da diáspora jordaniana é um dos elementos mais importantes para a economia do país e relevante fonte de receita em moedas estrangeiras.

Ante a crise financeira mundial e os efeitos negativos da Primavera Árabe, o Governo tomou medidas de austeridade e liberalização da economia com base em consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em maio de 2011, o Governo anunciou diminuição do déficit orçamentário, em pacote de medidas que incluíram redução de subsídios de certas *commodities* e alterações na legislação tributária. Em agosto de 2012, o Fundo Monetário Internacional aprovou acordo para a concessão do empréstimo de US\$ 2,06 bilhões, no período de 2012-2015, com a finalidade de sustentar o programa de reformas econômicas da Jordânia. Grande parte desses valores deve ser usada para mitigar o déficit orçamentário. Para contrabalançar os efeitos das medidas de austeridade, o Governo lançou programas de geração de empregos. O apoio total do Banco Mundial à Jordânia seria de US\$ 700 milhões nos últimos dois anos. A assistência dos EUA é também fundamental para a economia jordaniana: os EUA fornecem cerca de US\$ 660 milhões em assistência anual, e, em 2013, o Congresso norte-americano alocou recursos extras de US\$ 340 milhões.

O fluxo de refugiados do conflito na Síria para a Jordânia tem tido significativo impacto sobre a economia jordaniana, com perda cumulativa de US\$ 2,4 bilhões.

Como a Jordânia importa cerca de 97% das suas necessidades de energia, o país decidiu investir em novas fontes de energia. Estima-se a reserva jordaniana de xisto betuminoso em aproximadamente 70 bilhões de toneladas, que poderiam produzir cerca de 7 bilhões de toneladas de óleo de xisto. O Rei Abdullah II anunciou, no início de 2007, o lançamento de programa nuclear destinado à geração de energia, tendo assinado com os EUA, o Japão e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) memorandos de entendimento sobre cooperação nessa área. A Jordânia firmou igualmente acordos de cooperação nuclear para geração de energia elétrica e dessalinização de água com França, China, Coreia do Sul, Canadá, Rússia, Reino Unido e Argentina. Confirmou-se, em 2012, a existência de reservas de cerca de 25 mil toneladas de urânio no país, mas não há clareza sobre a viabilidade econômica de sua exploração. Foi

anunciado, em 2013, que a russa Rosatom construirá, até 2022, os dois primeiros reatores nucleares jordanianos.

A Jordânia é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato bruto, produzindo, também, potássio. O setor de serviços é dinâmico, inclusive o financeiros e o de telecomunicações, principalmente em razão de o país apresentar-se como plataforma para a prestação de serviços ao mercado iraquiano. Conta também com estruturado setor farmacêutico, com aproximadamente dezesseis grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional.

Em dezembro de 2013 foi assinado Memorando de Entendimento entre Israel, Jordânia e Palestina acerca do projeto de transposição de água do Mar Vermelho ao Mar Morto. Com estudos iniciados em 2008, concluiu-se, em janeiro de 2013, que o projeto possuía viabilidade econômica. Além de estabilizar o nível do Mar Morto, o projeto prevê o fornecimento de água doce, após dessalinização, e produção de energia hidrelétrica. A primeira fase tem início previsto para o terceiro trimestre de 2014, com a construção da usina de dessalinização. Toda a estrutura estará localizada em solo jordaniano e possui custo estimado, na primeira fase, de US\$ 900 milhões.

Com PIB nominal de US\$ 33,86 bilhões (equivalente à economia do estado da Paraíba) e crescimento de 3,25% em 2013, a Jordânia posicionou-se, em 2013, como a 91ª economia mundial. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 67% do PIB, seguido do industrial com 30% e do agrícola com 3%. A Jordânia apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 3,75 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi também deficitário em US\$ 13,63 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo positivo de US\$ 1,15 bilhão. O comércio exterior da Jordânia apresentou, em 2013, crescimento de 44,2% em relação a 2009, de US\$ 20,44 bilhões para US\$ 29,47 bilhões. No *ranking* das Nações Unidas/UNCTAD de 2012, a Jordânia figurou como o 89º mercado mundial, sendo o 110º exportador e o 84º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 13,63 bilhões em 2013.

As vendas jordanianas foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 61% do total em 2013, dos quais 49% referem-se ao Oriente Médio. O Iraque foi o principal destino das vendas da Jordânia com 17,6% do total, seguido dos Estados Unidos com 15,2%; da Arábia Saudita com 11,8%; da Índia com 6,1%; dos Emirados Árabes Unidos (4%); da Indonésia (2,9%); e do Líbano (1,9%). O Brasil posicionou-se, em 2013, no 54º lugar entre os compradores da Jordânia, com 0,1% do total.

Os países asiáticos são também os principais exportadores para a Jordânia (56% do total em 2013). Individualmente, a Arábia Saudita foi o

principal fornecedor de bens à Jordânia, com 18,7% do total. Seguiram-se: China (10,4%); Estados Unidos (6,3%); Índia (5,1%); Itália (4,8%); e Alemanha (3,8%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar, com 1,6% do total.

A Jordânia tem como principal produto em suas exportações vestuário de malha (camisetas e camisas de malha masculinas, suéteres e pulôveres, 13,8% da pauta). Seguiram-se: adubos (potássicos, nitrogenados e fosfatados) com 11,3%; produtos farmacêuticos (medicamentos) com 9,1%; produtos hortícolas (tomates, hortalças e pepinos) com 6,0%; sal/terras/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, açúcar, cimentos hidráulicos) com 5,6%; químicos inorgânicos com 5,3%. A pauta das importações da Jordânia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, os combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 25,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, motores, refrigeradores e congeladores, bombas) com 6,1%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, transformadores elétricos, aparelhos de TV, fios e cabos) com 5,9%; e automóveis (de passeio, partes e acessórios, de turismo) com 5,8%.

A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,06% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o comércio Brasil-Jordânia cresceu 57,4%, de US\$ 189,6 milhões para US\$ 298,4 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 64,6% e as importações reduziram-se em 45,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 285,2 milhões em 2013. As exportações brasileiras para a Jordânia são compostas, majoritariamente, por produtos básicos (84% do total em 2013), com destaque para carnes, cereais e café. O Brasil importa da Jordânia quase unicamente produtos manufaturados: em 2013, representaram 93,2% no total, com destaque para adubos e máquinas.

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos diretos brasileiros na Jordânia. O Ministério da Indústria e Comércio da Jordânia registra, porém, o montante aproximado de US\$ 1 milhão. De acordo com o Banco Central, o estoque de investimentos diretos da Jordânia no Brasil totalizou cerca de US\$ 4 milhões, em 2012. O principal setor de destino do investimento jordaniano no Brasil são *holdings* de instituições não financeiras (fluxos de investimentos de US\$ 0,39 milhão, em 2007; US\$ 0,36 milhão, em 2008; US\$ 0,47 em 2009).

Os investimentos brasileiros na Jordânia são limitados e realizados, principalmente, por brasileiros que formaram empresas com parceiros jordanianos nas áreas de comércio, agronegócio e indústria. Em 2009, a PETROBRAS, Total e Kawar Energy (grupo local) assinaram Memorando de Entendimento com o Governo da Jordânia para execução de estudo de viabilidade técnico-econômico, dividido em diferentes fases, para

implantação de uma planta industrial para produção de óleo de xisto com capacidade de 50.000 barris/dia no campo de Wadi Maghar. Foi concluída a primeira fase do projeto, em 2012, com a entrega e apresentação dos resultados preliminares do projeto para o National Resources Authority (NRA), órgão do Governo jordaniano. Após validação do estudo pelo Governo jordaniano, PETROBRAS e Total poderiam aprovar ou não a passagem do projeto para a segunda fase. No final de 2013, entretanto, a PETROBRAS informou que não participaria da segunda fase, em razão dos elevados investimentos necessários no Pré-Sal brasileiro. A Total também optou por não prosseguir no projeto.

No início de 2014, o "Talal Abu Ghazaleh Organization" (TAG Group) demonstrou interesse em realizar cooperação com o SEBRAE, que informou que a conjuntura atual de cooperação internacional não prevê novas assinaturas de acordos formais. No entanto, o SEBRAE mostrou-se disposto a receber comitiva da Jordânia para conhecer o trabalho da instituição.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1922	A Palestina, sob mandato britânico, é cindida para a criação do Emirado Hachemita da Transjordânia, na margem oriental do Rio Jordão;
1946	Reino Unido concede a independência da Transjordânia;
1947	Resolução das Nações Unidas prevê a partilha da Palestina;
1948	A Transjordânia participa da coligação árabe na guerra contra Israel;
1949	Assinado armistício com Israel;
1950	Cisjordânia é anexada à Transjordânia; estabelece-se o Reino Hachemita da Jordânia;
1951	Rei Abdullah I é assassinado em Jerusalém. Rei Talal assume o trono;
1952	Rei Talal é declarado incapaz e o Rei Hussein assume o trono;
1967	Jordânia fecha escritório da OLP em Jerusalém;
1967	Rei Hussein assina pacto de defesa mútua com o Egito;
1967	Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, até então sob domínio jordaniano;
1970	“Setembro Negro”. Choques entre militares jordanianos e a OLP, causando milhares de mortes e a fuga de militantes palestinos para o Líbano;
1973	Jordânia participa da Guerra do Yom Kippur, vencida por Israel;
1974	Rei Hussein reconhece a OLP como representante do povo palestino;
1979	Amã rompe relações com o Cairo, em razão da assinatura de acordo de paz entre Israel e Egito;
1984	Retomadas as relações entre a Jordânia e o Egito;
1988	Em face de acordo entabulado com a OLP, a Jordânia abre mão de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia;
1990	Guerra do Golfo causa crise econômica no país;
1991	Conferência de Madri dá início ao diálogo israelo-palestino. Os palestinos são representados por delegação palestino-jordaniana;
1993	Acordos de Oslo entre Israel e a OLP;
1994	Assinado Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel;
1999	O irmão do Rei Hussein, Hassan, é destituído da linha sucessória. Abdullah, filho de Hussein, torna-se príncipe herdeiro;
1999	Rei Hussein morre e Abdullah assume o trono;

2003	Realizadas primeiras eleições parlamentares no reinado de Abdullah II;
2005	Jordânia indica novo Embaixador em Israel, após cinco anos;
2009	Rei Abdullah II dissolve o Parlamento e indica novo Primeiro-Ministro (Samir Rifai), para aprofundar as reformas eleitoral, econômica e social no país;
2011	Manifestações eclodem no país, no esteio da “Primavera Árabe” (janeiro);
2011	Queda do Governo Rifai e nomeação de Ma’ruf Bakhit como Primeiro-Ministro (fevereiro);
2011	Formação do Comitê de Diálogo Nacional, pelo Rei (março);
2011	Comissão de revisão constituição (maio);
2011	Apresentação das conclusões do Comitê Diálogo Nacional (junho);
2011	Renúncia do Gabinete de Bakhit e designação de Khasawneh;
2012	Parlamentares aprovam emendas à lei de municipalidades (março);
2012	Governo envia projeto de lei eleitoral ao Parlamento (abril);
2012	Renúncia do Gabinete de Khasawneh e designação de Tarawneh (abril);
2012	Promulgação da nova lei eleitoral (julho);
2012	Designação de Abdullah Nsour como Primeiro-Ministro com mandato especial para conduzir as eleições parlamentares (outubro);
2013	Eleições parlamentares (janeiro);
2013	Toma posse o segundo Gabinete de Nsour, o primeiro Governo após as eleições parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecidas relações diplomáticas; o Brasil instala legação em Amã;
1964	Legação brasileira em Amã é elevada ao “status” de Embaixada, cumulativa com Beirute;
1984	Instaladas Embaixada do Brasil em Amã e da Jordânia em Brasília.
1994	Chanceler Celso Amorim viaja à Jordânia, para assistir à assinatura do Acordo de Paz com Israel;
1997	Príncipe Ali Bin Al-Hussein visita o Brasil;
2003	Chanceler Celso Amorim participa, na Jordânia, de Reunião Extraordinária do Fórum Econômico Mundial;
2004	Chanceler Celso Amorim comparece novamente ao Fórum Econômico Mundial na Jordânia (Mar Morto);
2005	Chanceler Celso Amorim realiza visita de trabalho à Jordânia;
2005	Príncipe Ali, representante do Rei Abdullah II, seu irmão, participa da Cúpula ASPA, em Brasília;
2006	Ex-Presidente José Sarney participa, em Amã, do “Interaction Council”, fórum que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo;
2008	Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim, mantendo encontros com as seguintes autoridades: Rei Abdullah II; Primeiro-Ministro Nader Al-Dahabi; e Chanceler Salaheddin Al-Bashir;
2008	Chanceler Salaheddin Al-Bashir visita Brasília e São Paulo, em preparação à visita oficial do Rei Abdullah II;
2008	Visita oficial do Rei Abdullah II, acompanhado da Rainha Rania, a Brasília e São Paulo;
2009	Chanceler Celso Amorim encontra-se com o Rei Abdullah II e o Ministro Salaheddin Al-Bashir em Amã;
2010	Presidente Lula viaja à Jordânia;
2010	MNE Nasser Judeh visita o Brasil, para o II encontro da Aliança das Civilizações;
2010	Ministros e Turismo e Antiguidades, Agricultura e Indústria e Comercio da Jordânia visitam o Brasil;
2012	Presidenta Dilma Rousseff reúne-se com Rei Abdullah II da Jordânia à margem da II Cúpula ASPA, em Lima;
2012	O então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota visita a Jordânia (outubro)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
Acordo sobre Auxílio Mútuo em Matéria Penal	23/10/2008	Ainda não encaminhado ao Congresso Nacional; em tramitação no Poder Executivo	
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2010; aguarda promulgação	
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	23/10/2008	23/9/2010	6/2/2013
Acordo na Área da Educação	23/10/2008	11/4/2010	28/10/2010
Acordo de Cooperação Cultural	23/10/2008	11/4/2010	6/10/2010
Acordo Comercial	15/6/1989	11/7/1990	17/6/1991
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/11/1975	05/11/1975	13/8/1976

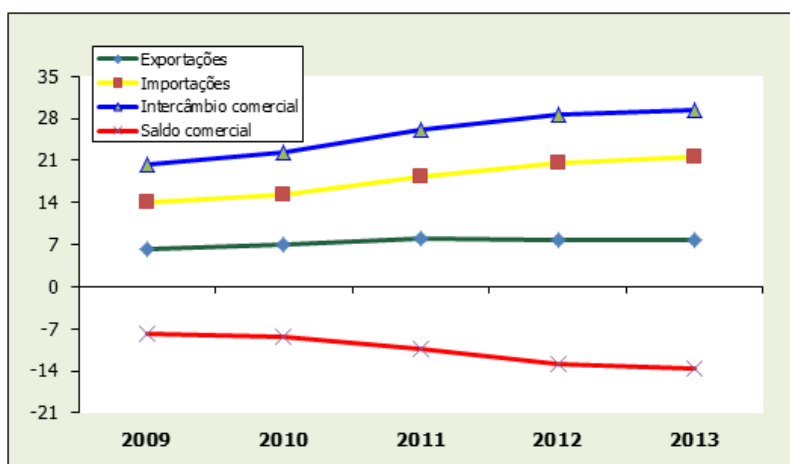
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	6,37	14,08	20,44	-7,71
2010	7,02	15,26	22,29	-8,24
2011	7,96	18,30	26,26	-10,34
2012	7,88	20,69	28,57	-12,81
2013	7,92	21,55	29,47	-13,63
Var. % 2009-2013	24,4%	53,1%	44,2%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(n.c.) Dado não calculado.



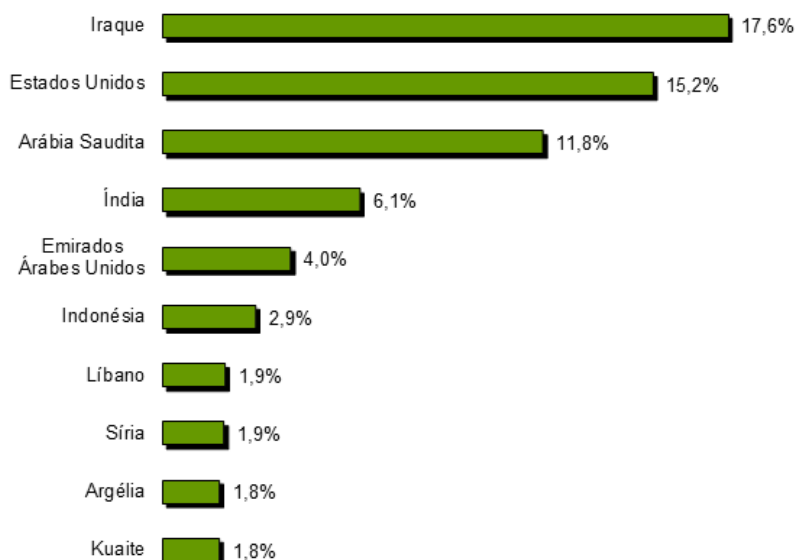
O comércio exterior da Jordânia apresentou, em 2013, crescimento de 44,2% em relação a 2009, de US\$ 20,44 bilhões para US\$ 29,47 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Jordânia figurou como o 89º mercado mundial, sendo o 110º exportador e o 84º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 13,63 bilhões em 2013.

Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Iraque	1.390	17,6%
Estados Unidos	1.206	15,2%
Arábia Saudita	936	11,8%
Índia	485	6,1%
Emirados Árabes Unidos	316	4,0%
Indonésia	229	2,9%
Líbano	154	1,9%
Síria	152	1,9%
Argélia	140	1,8%
Kuaite	139	1,8%
...		
<i>Brasil</i>	<i>6</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	5.153	65,1%
Outros países	2.767	34,9%
Total	7.920	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/LINCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais destinos das exportações



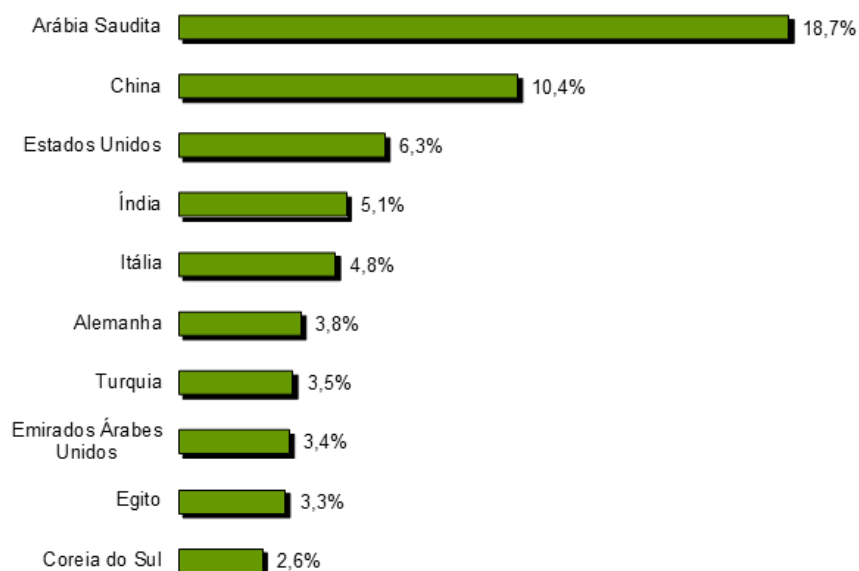
As vendas jordanianas foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 61% do total em 2013, dos quais 49% referem-se ao Oriente Médio. Posicionou-se em seguida o continente americano com 16%; a África com 7% e a Europa com 4%. Individualmente, o Iraque foi o principal destino das vendas da Jordânia com 17,6% do total, seguido dos Estados Unidos com 15,2%; da Arábia Saudita com 11,8%; e da Índia com 6,1%. Seguiram-se: Emirados Árabes Unidos (4,0%); Indonésia (2,9%); e Líbano (1,9%). O Brasil posicionou-se no 54º lugar entre os compradores da Jordânia, com 0,1% do total em 2013.

Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Arábia Saudita	4.019	18,7%
China	2.234	10,4%
Estados Unidos	1.361	6,3%
Índia	1.106	5,1%
Itália	1.035	4,8%
Alemanha	809	3,8%
Turquia	755	3,5%
Emirados Árabes Unidos	732	3,4%
Egito	704	3,3%
Coreia do Sul	553	2,6%
...		
Brasil	344	1,6%
Subtotal	13.652	63,4%
Outros países	7.897	36,6%
Total	21.549	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais origens das importações



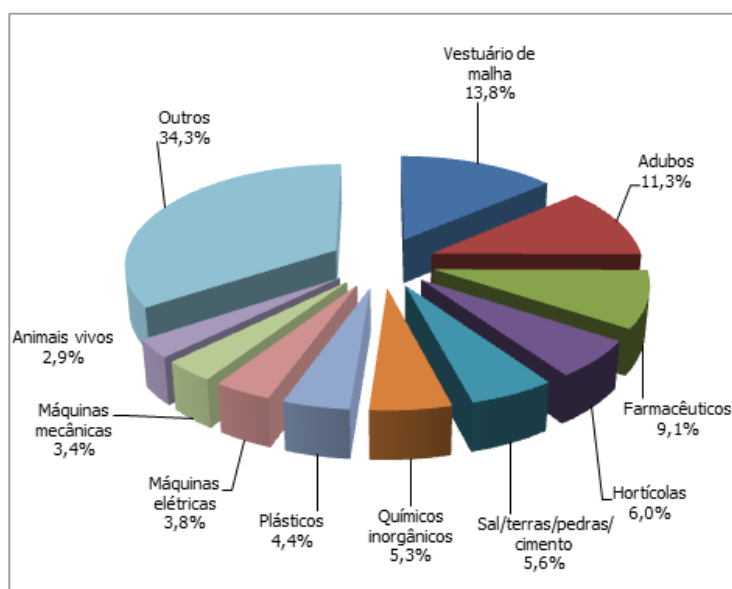
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado jordaniano. Em 2013 somaram 56% do total, seguidos da Europa com 27% e do continente americano com 10%. Individualmente, a Arábia Saudita foi o principal fornecedor de bens à Jordânia, com 18,7% do total. Seguiram-se: China (10,4%); Estados Unidos (6,3%); Índia (5,1%); Itália (4,8%); e Alemanha (3,8%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado jordaniano, com 1,6% do total.

Composição das exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Vestuário de malha	1.092	13,8%
Adbos	896	11,3%
Farmacêuticos	721	9,1%
Hortícolas	476	6,0%
Sal/terras/pedras/cimento	447	5,6%
Químicos inorgânicos	423	5,3%
Plásticos	347	4,4%
Máquinas elétricas	302	3,8%
Máquinas mecânicas	268	3,4%
Animais vivos	232	2,9%
Subtotal	5.204	65,7%
Outros	2.716	34,3%
Total	7.920	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



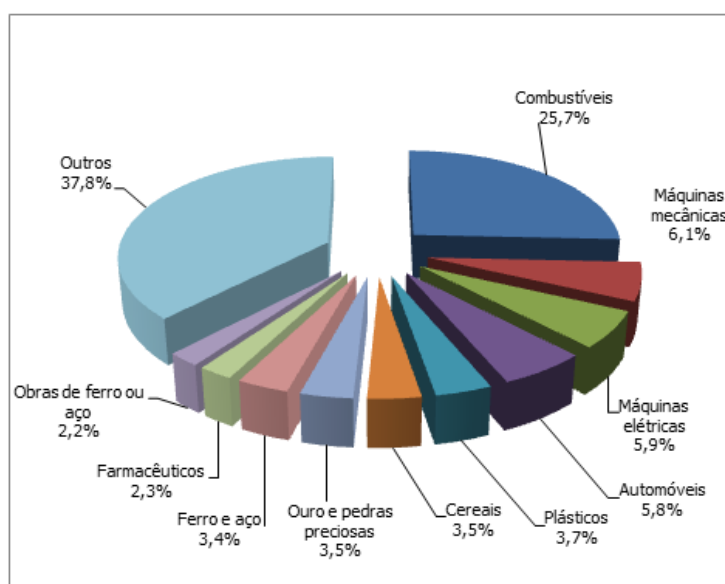
Vestuário de malha (camisetas e camisas de malha masculinas, suéteres e pulôveres) foi o principal grupo de produtos exportados pela Jordânia em 2013, representando 13,8% da pauta. Seguiram-se: adubos (potássicos, nitrogenados e fosfatados) com 11,3%; produtos farmacêuticos (medicamentos) com 9,1%; produtos hortícolas (tomates, hortaliças e pepinos) com 6,0%; sal/terras/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, açúcar, cimentos hidráulicos) com 5,6%; químicos inorgânicos com 5,3%.

Composição das importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	5.538	25,7%
Máquinas mecânicas	1.316	6,1%
Máquinas elétricas	1.270	5,9%
Automóveis	1.260	5,8%
Plásticos	807	3,7%
Cereais	761	3,5%
Ouro e pedras preciosas	747	3,5%
Ferro e aço	741	3,4%
Farmacêuticos	496	2,3%
Obras de ferro ou aço	476	2,2%
Subtotal	13.412	62,2%
Outros	8.137	37,8%
Total	21.549	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta das importações da Jordânia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, os combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 25,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, motores, refrigeradores e congeladores, bombas) com 6,1%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, transformadores elétricos, aparelhos de TV, fios e cabos) com 5,9%; e automóveis (de passeio, partes e acessórios, de turismo) com 5,8%.

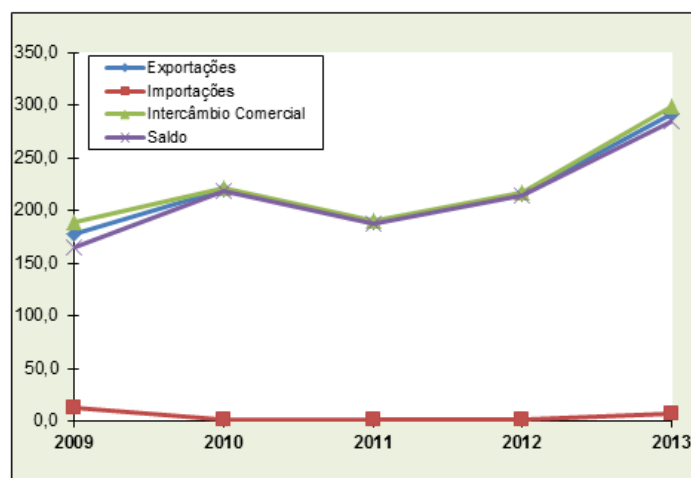
Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2009	177,3	-39,7%	12,2	-49,1%	189,6	-87,6%	165,1
2010	220,3	24,3%	1,5	-87,5%	221,9	17,0%	218,8
2011	189,4	-14,1%	1,7	9,7%	191,0	-13,9%	187,7
2012	215,6	13,9%	1,9	15,6%	217,6	13,9%	213,7
2013	291,8	35,3%	6,6	242,6%	298,4	37,1%	285,2
2013 (jan-abr)	79,2	33,8%	0,7	839,2%	79,9	34,9%	78,4
2014 (jan-abr)	96,2	21,5%	2,3	212,4%	98,5	23,3%	93,9
Var. % 2009-2013	64,6%		-45,9%		57,4%		n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

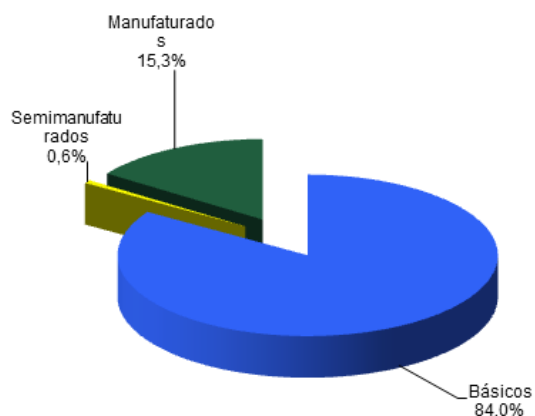
A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,06% no comércio exterior brasileiro em 2013.

Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 57,4%, de US\$ 189,6 milhões para US\$ 298,4 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 64,6% e as importações reduziram-se em 45,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 285,2 milhões em 2013.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Jordânia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 84,0% do total em 2013, com destaque para carnes, cereais e café. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 15,3% (preparações de carnes, armas e munições, máquinas mecânicas) e os semimanufaturados, com 0,6%.

Importações



Os produtos manufaturados somaram a quase totalidade da pauta das importações brasileiras procedentes da Jordânia. Em 2013, os participaram com 93,2% no total, representados por adubos e máquinas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 6,8% (alumínio).

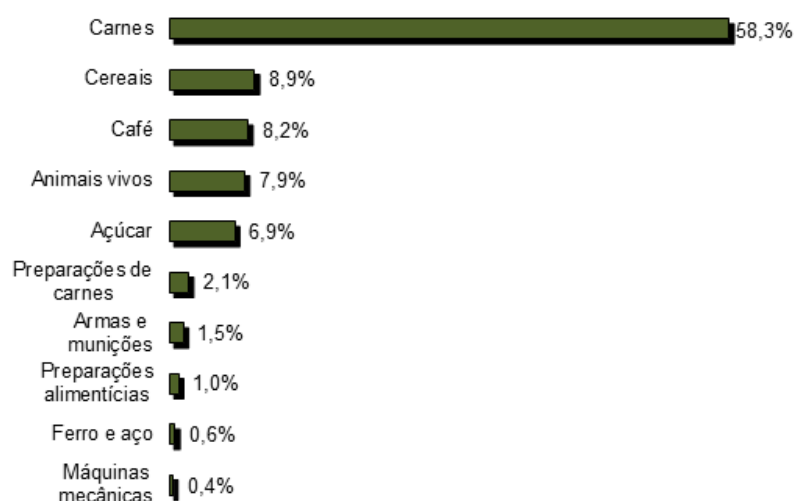
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Carnes	102	118	170	58,3%
Cereais	12	11	26	8,9%
Café	15	13	24	8,2%
Animais vivos	1	8	23	7,9%
Açúcar	14	19	20	6,9%
Preparações de carnes	10	13	6	2,1%
Armas e munições	1	1	4	1,5%
Preparações alimentícias	3	3	3	1,0%
Ferro e aço	0	0	2	0,6%
Máquinas mecânicas	1	1	1	0,4%
Subtotal	159	187	279	95,8%
Outros produtos	31	29	12	4,2%
Total	189	216	292	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



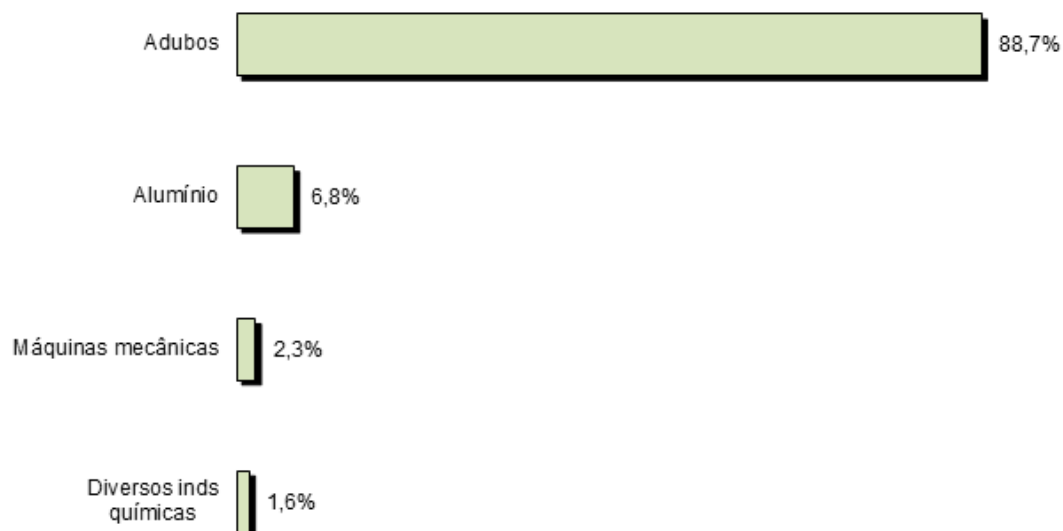
Carnes (de frango e bovina) são os principais itens brasileiros exportados para a Jordânia. Em 2013, somaram 58,3% da pauta, seguidos de cereais (milho e cevada) com 8,9%; café não torrado com 8,2%; animais vivos (bovinos) com 7,9% e açúcar refinado com 6,9%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Aubos	1,11	1,61	5,87	88,7%
Alumínio	0,14	0,14	0,45	6,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,00	0,15	2,3%
Diversos inds químicas	0,06	0,05	0,10	1,6%
Subtotal	1,31	1,81	6,58	99,3%
Outros produtos	0,37	0,12	0,05	0,7%
Total	1,67	1,93	6,62	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



A pauta das importações brasileiras originárias da Jordânia são compostas em grande parte por adubos. Em 2013, adubos com nitrogênio e potássio representaram 88,7% da pauta, seguidos de alumínio (6,8%); máquinas mecânicas (2,3%); e produtos diversos das indústrias químicas (1,6%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Aviões	0,0	0,0%	39,0	40,5%	Aviões 39,0
Carnes	48,6	61,3%	34,6	36,0%	Carnes 34,6
Café	7,2	9,1%	11,4	11,8%	Café 11,4
Animais vivos	9,1	11,5%	5,5	5,7%	Animais vivos 5,5
Preparações de carne	1,7	2,2%	1,5	1,6%	Preparações de carne 1,5
Preparações alimentícias	0,6	0,8%	1,1	1,2%	Preparações alimentícias 1,1
Subtotal	67,3	85,0%	93,1	96,8%	
Outros produtos	11,9	15,0%	3,1	3,2%	
Total	79,2	100,0%	96,2	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil				
Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	1,5	63,8%
Vestuário de malha	0,0	5,4%	0,3	13,8%
Adubos	0,2	29,9%	0,3	13,8%
Máquinas mecânicas	0,1	10,3%	0,1	3,2%
Alumínio	0,4	49,5%	0,1	3,1%
Subtotal	0,7	95,3%	2,2	97,7%
Outros produtos	0,0	4,7%	0,1	2,3%
Total	0,7	100,0%	2,3	100,0%

Produto	Valor
Máquinas elétricas	1,5
Vestuário de malha	0,3
Adubos	0,3
Máquinas mecânicas	0,1
Alumínio	0,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.